

GOVERNO ELETRÔNICO À LUZ DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL: CARACTERÍSTICAS, ABORDAGENS E EVOLUÇÃO

Rodolfo da Silva Costa; Ana Claudia Fernandes Terence

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo caracterizar o governo eletrônico a partir da produção científica nacional, com o propósito de mapear as características e abordagens e a evolução deste tema. Para desenvolvimento deste trabalho, foram utilizados os *softwares* IRAMUTEQ e VOSVIEWER para analisar os trabalhos científicos de forma padronizada, selecionados nas bases CAPES periódico, SCIELO e SPELL. Foram utilizados “corpus” textual para o IRAMUTEQ e formato ris para VOSVIEWER, para realização sosa estudos de lexicais. Os dados apontam que o governo eletrônico, ao longo dos anos, passou de uma base de consulta das leis e informações para uma ferramenta de comunicação entre o governo e a sociedade. Contudo, é implícito que o tema ainda tem vasto campo a ser explorado, carecendo de pesquisas futuras para avaliação do impacto desta nova ferramenta.

Palavras-chave: E-governo; E-gov; governo eletrônico; E-democracia;

1. INTRODUÇÃO

Com o avanço tecnológico e uma sociedade gradativamente mais conectada, o modo como interagimos tem mudado significativamente. Logo, com uma população organizada em rede, governos de todo o mundo passaram por uma complexa reestruturação de processos de comunicação. Desse modo, meios como a internet, tornaram-se uma significativa ferramenta para a troca de informações e relações interpessoais (CRISTÓVAM; SAIKALI; SOUSA, 2020).

Quando observamos o contexto brasileiro, diferentes setores da administração pública passaram por uma série de adaptações para que ocorresse a implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Após a redemocratização e a aprovação da nova constituição em 1988, houve uma crescente demanda da população por meios de acompanhar os debates e os gastos públicos, surgindo no Brasil o que era conhecido como *accountability*.

Contudo, devido à falta de uma forma de comunicação e o surgimento da internet durante a década 1990, o governo brasileiro investiu em infraestrutura, criação de plataformas e adaptação de sistemas já existentes, isto é, a gestão pública brasileira se propôs a unificar as formas de comunicação da época (fax, telefone, jornal) em apenas um local, com o intuito de

criar um meio de comunicação Estado-Sociedade ágil e eficiente, que permitisse a interação de ambos os lados (Dias, Sano, Medeiros, 2019).

Este novo modelo de comunicação ganhou diferentes denominações como, por exemplo, *e-governo*, *governo digital* ou *e-gov* (MESQUITA, 2019). No entanto, para estudiosos da área, diferentes quesitos são necessários para que a governança esteja dentro desse conceito. O governo eletrônico circunda intenso uso das TICs nas ações vinculadas à administração pública, estando estas presentes nas atividades internas e externas do governo, sejam elas com o cidadão, terceirizados, fornecedores e outros governos (AGUNE, 2006) e (CHAHIN et al. 2004).

O uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e a criação do governo eletrônico são consideradas ferramentas para democratizar o acesso à informação, visando ampliar o debate e a participação popular na construção das políticas públicas, como também aprimorar a qualidade dos serviços e informações públicas prestadas. (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2018).

Com a redemocratização na década 1980 e uma sociedade clamando por governos mais acessíveis, a participação popular em processos decisórios ganhou notoriedade, principalmente nas instâncias municipais, tendo *cases* de reconhecimento nacional, como, por exemplo: Porto Alegre e São Paulo na década de 1990 e Santa Catarina nos anos 2010. Contudo, a falta de proximidade entre a sociedade e o governo, a falta de sedes específicas (PIRES, 2011) e a dificuldade de acompanhar os processos e as informações por parte da população dificultou os avanços e a ampliação dos processos participativos pelo país.

Nos últimos dez anos, com o crescente número de aparelhos eletrônicos conectados à internet, redes mais estáveis e plataformas adaptadas aos diferentes dispositivos tornaram a participação popular novamente um objeto de debates. Entretanto, a tecnologia ainda pode gerar barreiras em regiões com difícil acesso à internet, falta de costume de determinada faixa da população em usar aparelhos eletrônicos, analfabetismo, entre outras questões (LUTCHMANN, 2012).

Diante deste contexto, este artigo traz a questão: quais são as características do e-governo? Para tanto, objetiva-se caracterizar o governo eletrônico a partir da produção científica nacional, com o propósito de mapear as características, abordagens e a evolução deste tema.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo foi realizada a análise da produção científica caracterizada como uma revisão sistemática da literatura. Foi utilizado o software IRAMUTEQ para a análise qualitativa e, para revisão bibliométrica, o VOSviewer. Para o desenvolvimento do trabalho foram criados grupos de palavras-chave ligadas à participação popular, governo digital e democracia *online* em repositórios acadêmicos como SPELL, SCIELO e Periódicos CAPES.

Para esta pesquisa foi definida a utilização do método qualitativo, devido a sua característica básica de analisar a matéria-prima como conjunto de substantivos cujos sentidos se complementam: experiência, vivência, senso-comum e ação. O movimento que informa qualquer abordagem ou análise se baseia em três verbos: compreender, interpretar e dialetizar (MINAYO, 2012).

2.1 Busca, identificação e seleção de material

Como base para esta pesquisa foram utilizados as bases de dados SPELL, SCIELO e Periódicos CAPES, com os filtros de pesquisas padrão para todos, sendo estes: língua portuguesa; artigo; Brasil.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizadas palavras-chave padrão para todos os repositórios, sendo essas: e-governo; e-gov; governo eletrônico; e-democracia; democracia *online*; democracia digital; participação popular; participação *online*. Dividiu-se o número de palavras-chave encontradas em três tabelas, sendo cada uma relacionada a uma base de dados, possuindo quatro classificações para averiguação e numeração dos resultados encontrados.

Para tal, foram criadas quatro categorias: 1) revisados, que compreendem o número total de artigos encontrados na base de dados; 2) excluídos, artigos identificados, mas que não estão relacionados ao tema; 3) revisados, trabalhos que necessitam de análise para observar sua adequação com o tema e; 4) utilizados, artigos que estavam de acordo com os parâmetros exigidos e foram utilizados como base para este trabalho.

Quadro 1 - Resultado da plataforma Spell

SPELL	Resultados	excluídos	Revisados	Utilizados
e-governo	1	0	1	2
e-gov	7	1	6	5
governo eletrônico	80	36	20	14
democracia <i>online</i>	3	1	2	2
democracia digital	2	1	1	1
e-democracia	3	1	2	2
Participação popular	4	3	1	0

Fonte: produção própria com dados do Spell, 2022.

O SPELL apresentou 96 artigos como resultado, sendo o termo “governo eletrônico” o que mais apresentou resultados, com um total de 80 artigos. Contudo, apenas 24,96% dos artigos encontrados estão devidamente ligados ao tema estudado por este trabalho

Quadro 2 - Resultado da plataforma Scielo

SCIELO	Resultados	Excluídos	Revisados	Utilizados
e-governo	12	9	6	6
e-gov	12	7	5	4
governo eletrônico	48	24	24	7
democracia <i>online</i>	19	16	5	5
democracia digital	31	28	3	1
e-democracia	304	3	8	2
participação popular	150	138	12	3

Fonte: produção própria com dados do Scielo, 2022.

A base SCIELO apresentou 576 resultados, tendo 28 artigos relacionados ao tema. Embora o número de artigos apresentados pela base tenha sido consideravelmente maior que o SPELL, em sua maioria os artigos apresentados estão ligados a temas como participação popular presencial no Brasil e, em outros países de língua portuguesa, à participação *online* da sociedade civil e importância das redes sociais para a política. No total de 376 artigos, apenas 21,16% dos artigos têm como tema a “e-democracia” ou estão de acordo com o tema estudado por este trabalho.

Quadro 3 - Resultado da plataforma CAPES

CAPES	Resultados	Excluídos	Revisados	Utilizados
e-governo	141	111	30	1
e-gov	60	48	12	2
governo eletrônico	34	14	20	7
democracia <i>online</i>	118	100	18	2
democracia digital	90	80	20	3
e-democracia	4.963	4.930	33	4
participação popular	9385	290	10	2

Fonte: produção própria com dados da CAPES, 2022.

A base CAPES periódicos tem como resultado geral 14,791 artigos, tendo sido aprovados 21 artigos. Embora o número geral seja consideravelmente maior que o apresentado por outras bases, a CAPES apresentou problemas para diferenciar “e-democracia” de “democracia” e “e-governo” de “governo”. Outro problema encontrado, foi a dificuldade da base de diferenciar “democracia *online*” de “democracia”, “participação *online*” e “participação”, o que gerou um número alto de resultados que não estavam de acordo com o proposto por esse trabalho.

2.2 IRAMUTEQ

O *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) é um programa de código aberto criado por Pierre Ratinaud em 2008 e se manteve apenas em francês até 2009. A partir desta data, o *software* ganhou suporte a outras línguas, tendo hoje mais de 50 idiomas atualmente.

O programa visa a análise textual, através da análise de dados, permitindo ao usuário realizar classificação hierárquica descendente, CHD de especificidades, similitude e nuvem de palavras gratuitamente (SOUZA, 2018). Este *software* tem como características, o código aberto, em que, diversos colaboradores ao redor do mundo podem aprimorar e anexar novas funções ao programa. Para realização deste estudo, será usado a programação base criada pela Universidade de São Paulo.

2.3 VOSviewer

O VOSviewer é uma ferramenta de *software* para construção e visualização de redes bibliométricas desenvolvido por Nees Jan van Eyck e Ludo Waltman, ambos pesquisadores do Centro de Estudos de Ciência e Tecnologia (CWTS) da Universidade de Leiden, na Holanda.

Este software permite a criação de redes de relações de citação com ocorrência de termos extraídos de um corpo literário (periódicos e pesquisadores), acoplamento bibliográfico, co-citação ou coautoria, todas de forma gráfica, facilitando o entendimento do usuário. (VOSVIEWER, 2018).

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: IRAMUTEQ

Como podemos observar, os termos utilizados apresentaram diferentes resultados em cada uma das plataformas. Desse modo, durante a pesquisa, os termos como “participação popular”, “e-democracia” e “e-governo”, podem apresentar conceito amplo, visto que estes termos foram ligados a temas como “participação através de redes sociais”, “ativismo *online*”, “democracia *offline*”, “democracia nas redes” e “democracia no acesso à tecnologia”. Todavia, estes artigos não foram utilizados por este trabalho, sendo retirados das listas de análise.

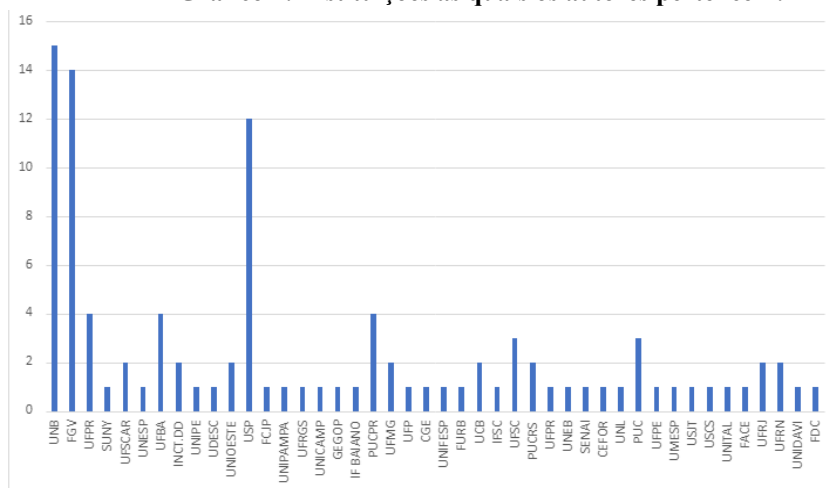
Outro ponto a ressaltar é a presença de artigos iguais em diferentes repositórios, contudo, não foram utilizados artigos repetidos para análise. Além disso, foi necessário a utilização do filtro *Brazil*, dado que, foram encontradas pesquisas relacionadas a outros países falantes de língua portuguesa com assuntos semelhantes.

O termo “governo eletrônico” foi o tema que mais apresentou artigos dentro do escopo desta pesquisa, o que pode significar uma possível formação de uma área de estudo sobre o assunto.

Ademais, os termos “participação popular” e “participação *online*” apresentam resultados ligados à participação popular, presencial, o que pode explicitar a necessidade de mais pesquisas no ramo da e-democracia e a participação popular de *online*.

Para maior compreensão do cenário abordado por este trabalho, foi realizado o levantamento das instituições às quais os autores pertencem, disponibilizado no gráfico 1:

Gráfico 1: Instituições às quais os autores pertencem:



Fonte: produção própria com dados da CAPES, 2022.

Podemos observar que a instituição que mais possui artigos relacionados à e-democracia é a Universidade de Brasília (UNB) com 16 artigos relacionados. Em seguida, temos a Fundação Getulio Vargas (FGV) com 13 e, em terceiro, a Universidade de São Paulo (USP), com 12. No geral, a maioria dos artigos foram realizados na região centro, sul e sudeste do país. Além disso, aproximadamente 61,44% das instituições só possuem um artigo relacionado ao tema.

Por fim, temos dois autores pertencentes a duas universidades internacionais, sendo estas a *State University of New York* (SUNY), localizada nos Estados Unidos e a *Universidad Nacional del Litoral* (UNL), localizada na Argentina. Entretanto, ressalta-se que os dois autores são brasileiros.

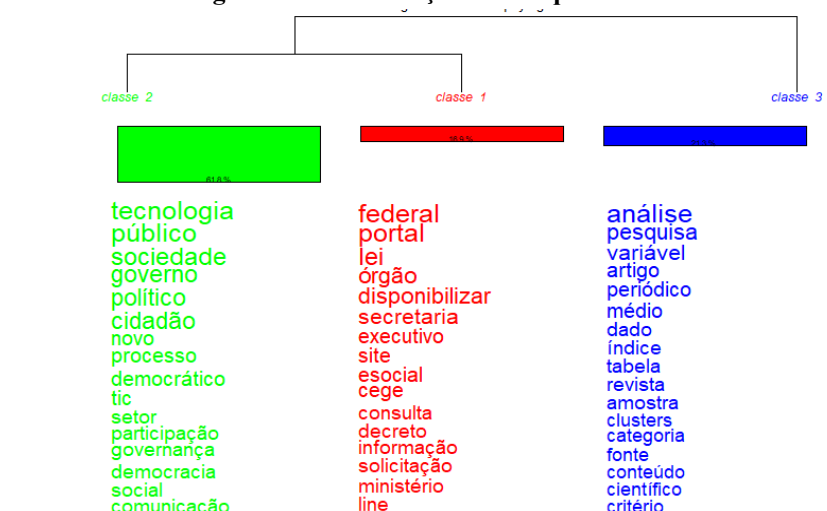
3.1 Apresentação dos dados com o software IRAMUTEQ

Para o desenvolvimento da análise do software, realizou-se a repartição dos 76 textos em 14010 segmentos, nos quais foram encontradas 6511,76 ocorrências e 14925 formas.

Observou-se 5481 hápax (palavras) sendo 36,43% palavras e 1,64% ocorrências. A análise textual utilizou todos os adjetivos disponíveis no texto. Desse modo, não foi utilizado nenhuma outra forma de delimitação para estatística pessoal.

Ao iniciar a classificação foi delimitado a utilização do modo *SIMPLE SUR SEGMENTS DE TEXTE*, opção que realiza a análise dos segmentos determinados pelo próprio programa. Após isso, o programa disponibiliza informações básicas da repartição do texto como número de textos disponíveis em apenas um arquivo, número de segmento, número de palavras, número de classes, no qual estão divididas as palavras, quantidade de palavras que se repetem e o número de vezes que elas se repetem.

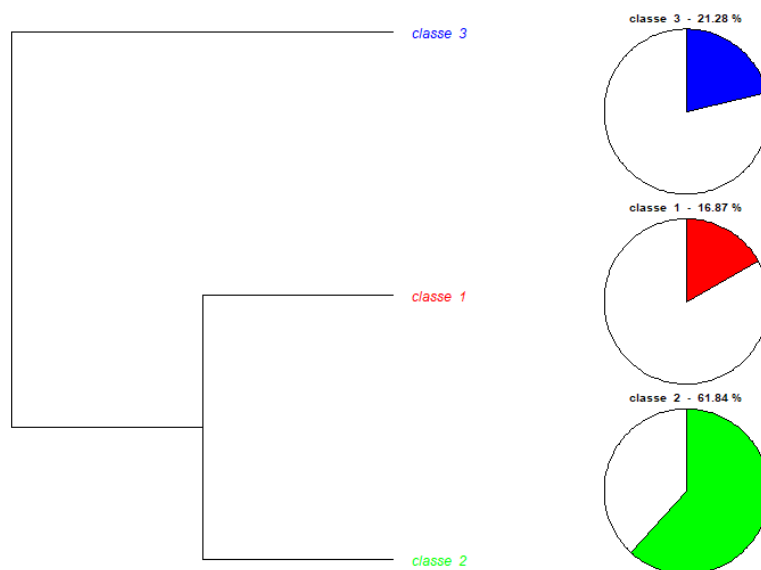
Figura 1 - Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: Autor da análise, 2022

Para que ocorra a análise de perfis, o IRAMUTEQ realiza a divisão de palavras por classes. Além da forma de visualização já demonstrada anteriormente, o software permite a visualização em gráficos circulares, representando de forma fidedigna as fatias de cada grupo em relação ao todo.

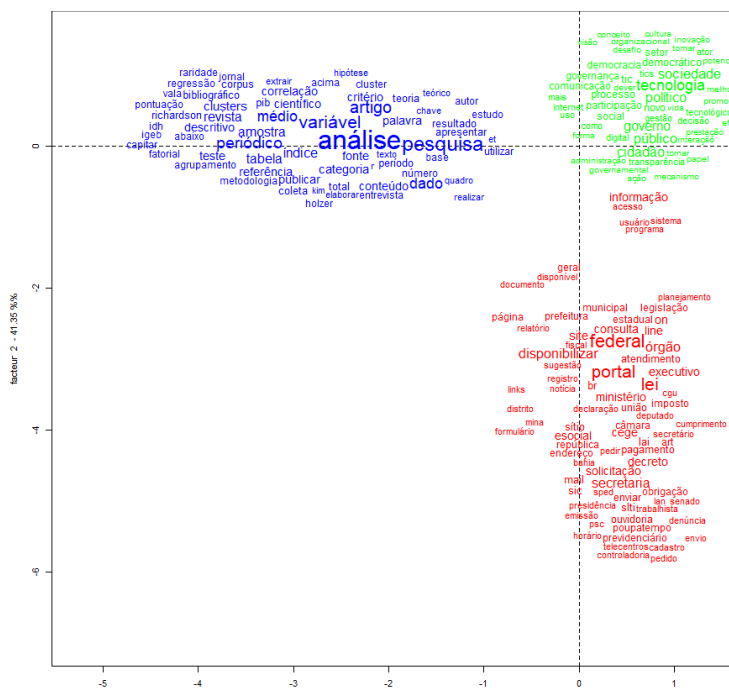
Figura 2 - Classificação Hierárquica Descendente 3



Fonte: Autor da análise, 2022.

Desse modo, a classe de palavras que mais aparece no texto é a classe dois, com 61,84%, sendo as seguintes quatro palavras dessa classe: democracia, democrático, político e tecnológico. A segunda classe que mais aparece é a terceira, com 21,28%, possuindo como as quatro primeiras palavras mais repetidas: serviço, disponibilizar, informação e acesso. Por fim, a primeira classe aparece cerca de 16,87% do total e tem como termos mais representativos: pesquisa, estudo, institucionalização e organizacional.

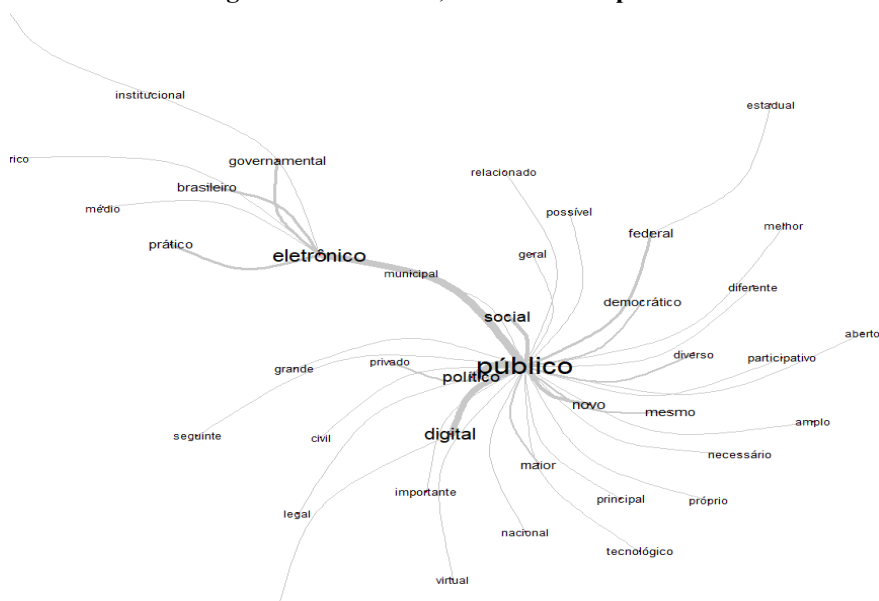
Figura 3 - Proximidade entre os textos



Fonte: Autor da análise, 2022.

Para o desenvolvimento da análise de similitude foram utilizadas as palavras mais citadas, segundo o IRAMUTEQ, tendo como mínimo de citação dez vezes, além disso, foram utilizados termos aditivos, para melhor compreensão da figura 4.

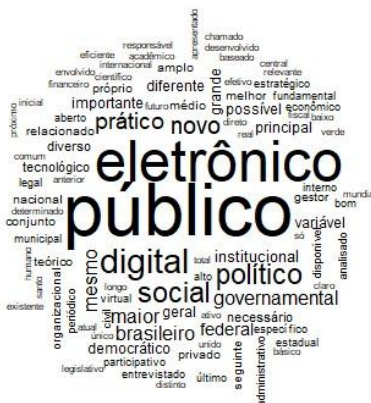
Figura 4 - Similitude, conexão entre palavras



Fonte: Autor da análise, 2022

Assim como o modo similitude, a nuvem de palavras utilizou os trinta principais adjetivos mais citados no texto, contudo sua forma de visualização não permite ver as ligações entre termos e sim, quais os termos utilizados de forma gráfica.

Figura 5 - Nuvem de palavras



Fonte: Autor da análise, 2022.

3.2 APONTAMENTOS SOBRE A ANÁLISE REALIZADA PELO IRAMUTEQ

Como podemos observar na figura 2, desenvolvida pelo *software* IRAMUTEQ, mais de 61% dos termos encontrados nos artigos ligam a e-democracia a um meio tecnológico, social, democrático e político. Isto pode ser um importante indicador de que o governo eletrônico tenha potencial para se tornar uma significativa ferramenta social para a população em processos de tomada de decisão e acompanhamento. Outro indicador relevante, é que apenas 21,28% das palavras que aparecem nos artigos estão ligadas a pesquisa, periódico, artigo e análise, fato que pode indicar que o sistema eletrônico governamental que surgiu nos anos 1990 e começo dos anos 2000, foi usado apenas para caráter consultivo em especial no meio acadêmico.

Contudo, podemos observar que 16,87% das palavras encontradas nos artigos estudados ainda remetem ao e-governo como um sistema consultivo de leis, decretos, registro e obrigação, o que pode indicar que o sistema eletrônico governamental apresenta um caráter consultivo.

Visto isso, quando observamos a figura 4 e 5, fica evidente que os termos eletrônicos estão ligados diretamente com palavras como: novo, social, necessário, diverso, político e importante. Estas ligações, assim como as apresentadas na figura 4, relacionam o governo

eletrônico a necessidades diversas e não só questões consultas e acadêmicas. Além disso, termos como “social” e “político” apontam para questões participativas, tese também confirmada em (MEDEIROS, GUIMARÃES, 2006), no qual, é defendido o uso dos meios de comunicação eletrônicos do governo para interação entre a sociedade e a administração pública.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS COM O SOFTWARE VOSVIEWER

O VOSviewer permite ao usuário mensurar a contribuição de diferentes autores individualmente ou coletivamente, dado isso, foram realizadas pesquisas nas bases de dados, SPELL, SCIELO e periódico CAPES. Os resultados encontrados foram baixados no formato EndNote e Ris para adequada leitura do VOSviewer.

Assim, como no IRAMUTEQ, foram utilizados os termos e-governo; e-democracia; democracia *online*; democracia digital; participação popular; participação *online* sendo necessário a aplicação de filtros conforme a necessidade apresentada pela base de dados.

4.1 Base SCIELO

O termo “participação popular” apresentou 5 autores em comum entre os artigos selecionados, sendo estes realizados em coautoria em 5 artigos diferentes, enquanto o "e-governo" apresentou 5 artigos em comum entre seus textos, estando estes realizando coautoria em 4 artigos diferentes.

O termo “e-democracia”, variação do termo “e-governo”, apresentou 7 artigos em comum entre as referências usadas pelos autores, tendo 5 deles coautoria entre si. Além disso, o IRAMUTEQ demonstrou que este 5 foram possivelmente escritos no ano de 2016. Vale ressaltar que, foi encontrado um artigo de 2015 e outro de 2020, porém sem ligações com outros.

O termo “democracia *online*” possui maior interligação entre os artigos utilizados como base, se comparado aos termos estudados anteriormente, é possível observar que existem 11 artigos, havendo colaboração entre os autores, além disso, é possível concluir que parte destes trabalhos foi escrita entre 2010 e 2016. O termo “democracia digital” não possibilitou a análise do VOSviewer devido a não existência de artigos em comum nas referências. O termo “e-gov” apresentou 5 artigos em comum entres as bases utilizadas pelos

autores dos artigos utilizados na pesquisa, estando estes interligados entre seus autores, mostrando que houve coautoria entre autores deste. O termo governo eletrônico apresenta 8 artigos em comum entre as bases de seus autores, além disso, os autores encontrados realizam coautoria entre si.

4.2 Base Spell

A análise realizada pelo VOSviewer dos artigos retirados da base de dados SPELL, apresentou como resultado, o termo participação popular nesta base, com 31 referências em comum, contudo nenhuma delas possui ligação entre si. 13 artigos foram escritos em 2015, 10 entre 2005 e 2010, e, por fim, 5 entre 2000 e 2005.

A palavra “e-governo” apresentou apenas 3 artigos em comum entre os artigos utilizados, tendo ligação entre os 3 autores. O termo e-democracia apresentou 11 artigos em comum entre as referências utilizadas. Foram encontrados 3 artigos em 2015, 4 artigos em 2018 e o restante em 2019. Os artigos se relacionam com os publicados em seus próprios anos. O termo “democracia digital” apresenta 9 artigos em comum, possuindo coautoria entre todos os autores. Contudo, (Sampaio, 2022) é o que mais possui coautorias obtendo 7. Entretanto, os termos “e-gov” e “governo eletrônico” não apresentaram referências em comum, não permitindo a análise do software.

4.3 Base CAPES

A base de dados periódicos da CAPES apresentou uma série de diferenças em relação ao sistema de buscas de outras bases, sendo necessário a utilização dos filtros: “português”, “democracia” e “artigo”, visto que, que a mesma não realiza diferenciação por palavras-chave. O termo participação popular apresentou aproximadamente 60 autores em comum nas referências, com artigos escritos entre 2012 e 2020. No entanto, não foram detectadas ligações entre os autores.

A palavra-chave “e-democracia” possibilitou o resultado 58 de artigos em comum nas referências, contudo apenas oito autores possuem conexões entre si. Além disso, podemos observar que os autores publicaram artigos entre 2015 e 2020. O termo “e-governo”

apresentou 16 autores em comum nas referências e podemos observar ligações de coautoria em dois grupos, com três autores. Ademais, os autores publicaram entre 2014 e 2017

O termo “democracia digital” apresentou 39 autores em comum com 5 autores que se conectam através de coautoria: O termo "e-gov" apresentou quatro autores em comum, com ligação de coautoria entre eles. O termo “governo eletrônico” apresentou coautoria apenas entre 2 autores. Estes realizaram um trabalho juntos no ano de 2006.

Analisando os resultados disponibilizados pelo *software*, podemos concluir que ao longo dos últimos 20 anos houve um aumento significativo no número de referências em comum e de co-autorias. Como podemos observar, o maior número de co-autorias ocorreu entre o ano de 2014 e 2020, havendo, no decorrer dos anos, uma média de 6 co-autorias.

É possível afirmar que há uma diferença considerável entre palavras-chave, no qual, algumas são mais utilizadas que outras ao longo do anos, por exemplo a palavra “e-democracia”, que a partir de 2018 não foi usada em nenhuma das três bases, em contraponto, termos como governo eletrônico e-democracia apresentaram aumento no número.

6. APONTAMENTOS BIBLIOMÉTRICOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar que todos os 76 artigos foram escritos entre 2005 e 2020, possuindo como palavra-chave mais utilizada, “governo eletrônico”, com 28 resultados na soma dos utilizados por esta pesquisa. Contudo, o termo que mais apresentou resultado nas três bases foi participação popular, com o total de 9389 respostas nas bases.

Este número se deve ao fato da base CAPES periódicos utilizar sistemas de buscas que não realizam diferenciação entre os temas, permitindo resultados com temas variados.

Em relação às questões levantadas pelos os artigos selecionados, podemos observar que 62,84% dos termos apresentados nos textos estão ligados à “política” e “democracia”, deixando leis e normas em segundo lugar com 21,28% e em terceiro, análises, pesquisas e variáveis com 21,28%.

Como explicitado na nuvem de palavras e similitude, os cinco adjetivos mais usados nos artigos são “público” com 3508 aparições no textos, “eletrônico” com 2674, “digital” aparecendo 1419, “social” com 1108, e “político” sendo utilizado 1086, reafirmando a ideia de que o governo eletrônico está relacionado diretamente questões políticas e sociais.

Em relação às universidades, às quais os autores responsáveis pelos artigos pertencem, quinze delas possuem dois ou mais artigos publicados em relação ao tema. Além disso, é possível realizar a divisão universidades por regiões brasileiras, devido ao número de instituições e o número de artigos. A região com mais artigos relacionados é o sudeste, com seis universidades. Em segundo lugar temos o sul, com quatro. Em terceiro, houve um empate entre o nordeste e o centro-oeste, com quatro; e em quinto as duas universidades do exterior.

Por fim, o número de referências em comum entre os artigos selecionados cresceu com o passar dos anos. No artigo de 2005, vemos apenas 2 textos relacionados, enquanto o artigo mais recente do ano de 2020 possui 13. Assim como, o número de coautoria cresceu consideravelmente, dado que, o artigo de 2005 possui apenas 1 coautoria, já no artigo mais recente vinte e cinco artigos em coautoria.

Como podemos observar ao longo deste trabalho, o governo eletrônico gerou consideráveis mudanças na comunicação estatal com a sociedade. Ao longo desta obra, ficou explícito que o governo digital não está apenas como forma consultiva da população ou fonte para estudos acadêmicos, mas, também, como forma de interação entre governo e sociedade, sendo a mesma, ferramenta para um possível exercício de democracia e participação popular, como aponta os resultados obtidos no IRAMUTEQ.

Outro ponto importante é que pudemos analisar, o crescimento do número de artigos em comum e o número de co-autores durante os últimos vinte anos, isto pode ser um importante indicativo de crescimento em relação à área de estudos sobre o tema, como evidenciado pelos resultados do VOSviewer.

Em suma, o governo eletrônico pode vir a se tornar uma importante ferramenta democrática e participativa ao longo dos anos, contudo, a área necessita de mais estudos futuros para avaliar seu real impacto na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINI, F.; PISKE, I; PISKE, R.. Prefeitura Virtual: A Internet à serviço da comunidade. **Gestão & Regionalidade**, [S.l.] v. 22, n. 65, 2006. Disponível: <https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/62/23>. Acesso em: 12 mar. 2022.

AGUNE, R.; CARLOS, J. Governo eletrônico e novos processos de trabalho. In: LEVY, E.; DRAGO, P. (Orgs.). *Gestão pública no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundap, 2005.

Disponível:

<https://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/04/governo_eletronico_roberto_agune.pdf> Acesso em: 21 Mar. 2022.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. 2013. Disponível em:

<http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em: 09 fev. 2022.

CARNIELLO, M. F. Proposta Metodológica de Avaliação de Comunicação Governamental Digital. **Revista Observatório**, v. 1, n. 2, p. 101-116, 8 dez. 2015. Disponível em:

<<https://betas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/1548>>. Acesso em: 09 Mar. 2022.

CHAHIN, A.; CUNHA, M. A.; KNIGHT P. T.; PINTO, S. L. **E-gov.br**, a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DIAS, T. F.; SANO, H.; FERNANDO, M.; MEDEIROS, M. de. **Inovação e tecnologias da comunicação e informação na administração pública**. Brasília: Enap Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 2019. 12 p. Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4284>. Acesso em: 12 mar. 2022.

FARRANHA, A. C.; BATAGLIA, M. B. Governança e administração pública: o uso de tecnologias para a prevenção da corrupção e promoção da transparência. **Revista da Controladoria Geral da União. Brasília**, [S.l.], v. 11, n. 18, p. 1075-1097, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/44210/11/V11.%20n18_Governan%3%a7a%20e%20administra%3%a7%3%a3o.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

FREITAS, C. S. de; LIMA, F. F.; LIMA, F. Q. Os Desafios ao Desenvolvimento de um Ambiente para Participação Política Digital: o Caso de uma Comunidade Virtual Legislativa do Projeto e-Democracia no Brasil. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 75, p. 639-658, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-9230759>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GIOVANINI, A. Economia compartilhada e governança pública. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 5, p. 1207-1238, 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rap/a/z63HpqrLWJbbqrTM5b5QCcmd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 Mar. 2022.

GUIMARÃES, T. de A.; MEDEIROS, P. H. R. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 4, p. 01-18, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-39512005000400004>>. Acesso em: 13 Mar. 2022.

IASULAITIS, S.; NEBOT, C. P.; SILVA, E. C. da; SAMPAIO, R. C. Interatividade e ciclo de políticas públicas no Orçamento Participativo Digital: uma análise internacional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 53, n. 6, p. 1091-1115, 2019. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/80454>>. Acesso em: 23 mar. 2022.

JÓIA, L. A.; CAVALCANTE NETO, A. A. Fatores críticos de sucesso na construção de processos government-to-government. **Organizações & Sociedade**, [S.l.], v. 11, n. 29, p. 29-47, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1984-92302004000100002>>. Acesso em: 13 Mar. 2022.

JÓIA, L. A. Governo eletrônico e capital intelectual nas organizações públicas. **Revista de Administração Pública**, [S.l.], v. 43, n. 6, p. 1379-1405, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000600008>>. Acesso em: 13 Mar. 2022.

LABORATOIRE d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales (França) (org.). **Captures d'écrans**. 2020. Disponível em: <<http://www.iramuteq.org/captures-decrans/interface/home-0-7-alpha-2/view>>. Acesso em: 09 fev. 2022

LADINHO JUNIOR, G. da. S.; DUFLOTH, S. C. Influência da participação popular em interface digital na proposição de leis estaduais. **Revista Katálysis**, [S.l.], v. 23, n. 03, p. 489-500, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p489>>. Acesso em: 13 Mar. 2022.

LEÃO, P. A. S.; OLIVEIRA, J.C.; MAGALHÃES FILHO, J.C. "O Governo Eletrônico E a Nova Administração Pública. **Revista Controle - Doutrina E Artigos** [S.l.], v. 7, n.1, p. 285-300, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/327923115_O_Governo_Eletronico_e_a_Nova_Administracao_Publica>. Acesso em: 11 Mar. 2022

LIMA, E. S. de; ARIMA, C. H.; CORTÊS, P. L.; GALEGALE, N. V. Contribuição à análise da redução nos custos de conformidade tributária e os investimentos na Sistema Público de Escrituração Digital - SPED no Brasil. **Journal of Information Systems and Technology Management = Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 101-130, 2016. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002790747.pdf>>. Acesso em: 15 Mar. 2022.

LIMA, S.; ABREU, F, K.; LEBLANC, E. Participação Consultiva No Brasil: O Caso Do Conselho Da Cidade De São Paulo." **Revista De Administração Pública** (Rio De Janeiro) 54.2 (2020): 321-39. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rap/a/qTRFh9tsTrsxqzdb5dx4Sdz/?lang=pt>>. Acesso em 15 Mar. 2022.

LUCHMANN, L. H. H. Participação e aprendizado político no orçamento participativo: estudo de caso em um município catarinense. **Educação & Sociedade** [online], v. 33, n. 119, p. 513-532, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200010>>. Acesso em: 15 Mar. 2022.

MACADAR, M. A.; FRETIAS, J. L.; MOREIRA C. R. Transparência Como Elemento Fundamental Em Governo Eletrônico: Uma Abordagem Institucional. **Gestão & Tecnologia**

[online], v., n., p., 2015. Disponível em: Acesso em: <<http://revistagt.fpl.edu.br/get/article/view/631>>. Acesso em: 15 Mar. 2022.

MARQUES, C. V. N.; OLIVEIRA, A. A., Diálogo entre os direitos humanos à internet e à democracia: por uma democracia digital. **Revista Brasileira De Filosofia Do Direito**, [S.l.], v. 3, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/filosofiadireito/article/view/2556>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MAZZEI, B. B.; CASTRO, A. L. de. Governo Eletrônico – A Transparência no Governo do Estado do Paraná. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [S. l.], v. 5, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/12427>>. Acesso em: 11 Fev. 2022.

MEDEIROS, P. H. R.; GUIMARÃES, T. de A. Contribuições do governo eletrônico para a reforma administrativa e a governança no Brasil. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 56, n. 4, p. p. 449-464, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v56i4.241. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/241>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MEDEIROS, H. R.; GUIMARÃES, T. de A. A institucionalização do governo eletrônico no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 4, p. 1-13, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/yhFMTTbZpQ4dy4WVZ5KTBpR/?lang=pt>>. Acesso em: 13 Mar. 2022.

MEIRELES, A. V.; SILVA, T. B. P. E; CAMARA, R. J. Democracia digital: consultas públicas interativas. **Design e Tecnologia**, v. 8, n. 15, p. 81-95, 30 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/det/index.php/det/article/view/477>>. Acesso em: 15 Mar. 2022.

MELLO, G. R. de; SLOMSKI, V. Índice De Governança Eletrônica Dos Estados Brasileiros (2009): No âmbito Do Poder Executivo. **Revista De Gestão Da Tecnologia E Sistemas De Informação**, v. 7, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jistm/a/c6fVMvRRzwPtRcRxJYKNSbq/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 10 mar. 2022.

MINAYO, M. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>>. Acesso em: 15 Mar. 2022.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (org.). **Estratégia de Governança Digital: Transformação Digital**. 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/revisaodaestrategiade-governancadigital20162019.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

NEVES, F.; SILVA, P. E-government em portais públicos de municípios: do visível para o invisível. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [S. l.], v. 20, 2021. Disponível em: <<https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3160>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

NEVES, M. P. B.; CORRÊA, M. I. S.; SOUZA, A. C. R.; MORAES, I. C. de. Os Desafios No Uso De Tecnologias Na Governança Eletrônica: O Que Diz a Produção Acadêmica

Nacional? **Gestão.org**, [S.l.], v. 17, p. 134-148, 2019. Disponível em:

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7324884>>. Acesso em: 09 Mar. 2022

OLIVEIRA, S. P.; COUTINHO, G. B. A inserção da transparência na administração pública por meio do governo eletrônico. **Práticas De Administração Pública**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 31-51, 2021. <<https://periodicos.ufsm.br/pap/article/view/63146>>. Acesso em: 05 Mar. 2022.

PAVAN, J. N. S.; PINOCHET, L. H. C.; BRELÀZ, G.; JÚNIOR, D. L. S.; RIBEIRO, D. M. N. M., Estudo do engajamento do cidadão na participação de ações de mandatos eletivos no legislativo brasileiro: Análise do uso de political techs. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 3, 525-542, 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cebape/a/RX4Gz8WSqrkZ7d8BD9q49BR/?lang=pt&format=html>>
Acesso em: 13 Mar. 2022.

PEREIRA, M. A.; BERNARDES, C. B.; VALE, M. L. O papel da moderação nas Audiências Públicas Interativas do e-Democracia: entre a promoção do debate e o receio da censura.

Revista Brasileira de Ciência Política, [S.l.], n. 37, 2022. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.249679>>. Acesso em: 03 Mar. 2022.

PINHO, J. A. G.; SAMPAIO, R. C.; WINKLER, I.; MORAIS, K. Democracia Digital na Área

de Administração: Um Levantamento da Construção do Campo no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 78, p. 1-31, 2019. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/d4c8/ab92a09b4c5082bdcb89799b6ac993095ccd.pdf?_ga=2.126188431.303406585.1648069434-546730674.1648069434>. Acesso em 01 Mar. 2022.

PINHO, G. M. N.; GOUVEIA, L. B. O Uso Do Governo Digital Pelo Controle Social No Combate à Corrupção Pública Brasileira. **Revista Controle - Doutrina E Artigos**, v. 17, n. 2, p. 206-237, 2019. Disponível em:

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7671481>> Acesso em: 06 mar. 2022.

REYNA, J.; GABARDO, E.; SANTOS, F. D. S., Governo Eletrônico, Invisibilidade Digital e Direitos Fundamentais Sociais. **Sequência**, Florianópolis, v. 41, n. 85, 2020. Disponível em:

<<https://doi.org/10.5007/2177-7055.2020v41n85p30>>. Acesso em: 01 Mar. 2022.

ROSSETTO, G. P. N.; SILVA, M. P. A. e S.; CARREIRO, R. Democracia Digital E Participação: Um Estudo Sobre Iniciativas Civas No Brasil. **Lumina**, Juiz De Fora, v. 5, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21006/11381>>
Acesso em: 06 mar. 2022.

ROSSINI, P. O papel do cidadão nas ferramentas de Democracia Digital no Brasil: uma análise do desenho interativo das Comunidades Legislativas do Portal E-Democracia.

Compólitica, v. 4, n. 2, p. 135-154, Disponível em:

<<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/71>>: Acesso em: 02 mar. 2015.

RUEDIGER, M. A. Governança democrática na era da informação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 6, p. 1257 a 1280, 2003. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6522>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SALGADO, C. C. R.; AIRES, R. F. F. Governo eletrônico no Rio Grande do Norte: uma avaliação de prefeituras municipais a partir da lei de acesso à informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 98-115, set. 2017. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2707>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

SAMPAIO, R. C. O campo da democracia digital brasileira: uma análise cientométrica de artigos publicados entre 1999 e 2020. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online], n. 37, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.37.250615>>. Acesso em 13 Mar. 2022.

SANTOS, P. O. L.; SILVA, A. P. B.; NETO, J. S.; SOUSA JÚNIOR, R. T. Proposta de construção de modelo de maturidade em governança e gestão de TIC. **Revista Eletrônica Da Administração**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 463-94, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/read/a/dcjJzk3dFmC8jBTxwt5rFD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

SOUZA, P. R. R.; CURTI, M. A.; NUINTIN, A. A. Práticas de Governo Eletrônico nos Municípios: Um Estudo da Mesorregião do Sul e Sudoeste do Estado de Minas Gerais. **Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 63-72, 2019. Disponível em: <<https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/898>>. Acesso em: 01 Mar. 2022.

SILVA, M. V. G. da.; FROM, D. A.; CONTE, F. L. A Relação Entre Governo Eletrônico e Cidade Digital: O Caso Do Município De São José Dos Pinhais. **Revista Brasileira De Planejamento E Desenvolvimento**, v. 7, n. 2, p. 215-40, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/7609>> Acesso em: 13 Mar. 2022.

SIMÃO, J. B.; RODRIGUES, G. M. Acessibilidade às informações públicas: uma avaliação do portal de serviços e informações do governo federal. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 34, n. 2, 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1093>. Acesso em: 23 mar. 2022.

VARGAS, L. C. M. Serviços de governo eletrônico no Brasil: uma análise sobre fatores de impacto na decisão de uso do cidadão. **Cadernos EBAPE.BR** [online], v. 19, n. spe, pp. 792-810, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395120200206>>. Acessado: 13 Mar. 2022.

WEGNER, D.; SCHRÖEDER, C. da S.; HOFF, D. da R. Governo Eletrônico: Análise de Websites dos Governos Municipais do Vale do Rio Pardo (RS). **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 13, n. 32, p. 209–239, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3323>>. Acesso em: 23 mar. 2022.